



Ana Vieira é doutora em Ciências da Educação, na área da Educação Social e Mediação Sociopedagógica e mestre em Ciências da Educação – História e Problemas Atuais da Educação pela UTAD- Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

É, atualmente, professora adjunta na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais (ESECS) do Instituto Politécnico de Leiria (IPL) e investigadora do do CICS.NOVA pólo do IPLeiria.

Trabalhou em Portugal com Americo Peres, Professor agregado na UTAD, e em Espanha com José António Caride, professor catedrático na Universidade de Santiago de Compostela.

A sua investigação incide sobre Mediação Intercultural, Educação social, Pedagogia Social, Mediação Sociopedagógica, Mediação Sociocultural, Trabalho Social e Indisciplina, áreas onde tem publicado em livros, revistas nacionais e estrangeiras, e onde tem desenvolvido comunicações que tem apresentado em congressos nacionais e internacionais.

É investigadora integrada do CICS.NOVA IPLeiria.

É, ainda, membro da RESMI – Rede de Ensino Superior de Mediação Intercultural.



Ricardo Vieira nasceu em Albergaria dos Doze, em 1961. É Mestre em Antropologia Social e Sociologia da Cultura pela FCSH-UNL, Doutor em Antropologia Social, Pós-Doutor em Serviço Social e Agregado em Antropologia da Educação pelo ISCTE. No ano de 2000, foi galardoado com o Prémio Rui Grácio, prémio nacional para o melhor trabalho de investigação em Educação realizado em Portugal, SPCE (Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação).

É, atualmente, Professor Coordenador Principal (Full Professor) da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria, Professor Decano do Instituto Politécnico de Leiria e Investigador do CICS.NOVA pólo do IPLeiria.

Trabalhou em Portugal com Raul Iturra, Professor Catedrático do ISCTE-IUL, e em França com Pierre Bourdieu, François Bonvin, Monique Saint Martin e Marie Elisabeth Handman da EHESS e do Collège de France.

As suas áreas de investigação preferenciais, onde tem publicado vários livros e artigos científicos são: Histórias de Vida e Identidades; Metamorfoses da Identidade; Antropologia da Educação; Educação e Diversidade Cultural; Mediação Intercultural; Identidades nos Idosos; Pedagogia Social e Identidades Pessoais e Profissionais.

É investigador integrado do CICS.NOVA.IPLeiria.

É, ainda, membro da RESMI – Rede de Ensino Superior de Mediação Intercultural.

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto UID/SOC/04647/2013



05

ANA MARIA VIEIRA | RICARDO VIEIRA

Pedagogia Social, Mediação Intercultural e (Trans)formações

05

ANA MARIA VIEIRA | RICARDO VIEIRA

Pedagogia Social, Mediação Intercultural e (Trans)formações

COLEÇÃO *Magnum*

ÍNDICE

Nota de apresentação	7
<i>Isabel Baptista</i>	
Prefácio	9
<i>José Antonio Caride</i>	
Prefácio	13
<i>Américo Peres</i>	
Introdução	17
<i>Ana Maria Vieira Ricardo Vieira</i>	

Capítulo 1

A MEDIAÇÃO INTERCULTURAL COMO PRÁTICA DA PEDAGOGIA SOCIAL

1. Educação Social, Pedagogia Social e Competências na Intervenção do Profissional	25
<i>Ana Vieira</i>	
2. Da Desconstrução do Formal e não Formal na Educação Social	39
<i>Ricardo Vieira Ana Maria Vieira</i>	
3. Da Profissão [Educação Social] ao Campo de Conhecimento [Pedagogia Social]: Profissão e Profissionalização em Educação Social	47
<i>Ana Maria Vieira Ricardo Vieira</i>	
4. Pedagogia Social, Mediação Intercultural e Intervenção Social	55
<i>Ricardo Vieira Ana Maria Vieira</i>	
5. Competências da Mediação Intercultural como prática da Pedagogia Social	65
<i>Ana Maria Vieira Ricardo Vieira</i>	
6. Da visão tradicionalista da Pedagogia Social à nova Educação Social	71
<i>Ana Maria Vieira Ricardo Vieira</i>	
7. Ética(s) e Educação Social	80
<i>Ricardo Vieira Ana Maria Vieira</i>	

Capítulo 2
PEDAGOGIA SOCIAL, MEDIAÇÃO E INTERVENÇÃO

1. Viver e Conviver: Pedagogia Social, Comunicação e Mediação Intercultural	95
<i>Ricardo Vieira Ana Maria Vieira</i>	
2. Intervenção Social, Mediações Socioculturais, Prevenção e Resolução	98
<i>Ana Maria Vieira</i>	
3. Educação Proibida e Pedagogias da Transformação	103
<i>Ricardo Vieira Ana Maria Vieira</i>	
4. A Pedagogia Social e a Mediação na Transformação dos Olhares Patologizadores das Diferenças Socioculturais	106
<i>Ana Maria Vieira</i>	

Capítulo 3
NA ESCOLA:
PEDAGOGIA SOCIAL E MEDIAÇÃO INTERCULTURAL

1. Diversidade Cultural e Mediação Escolar	113
<i>Ricardo Vieira Ana Maria Vieira</i>	
2. A patologização da Diferença em Territórios Escolares	117
<i>Ana Maria Vieira Ricardo Vieira</i>	
3. As Potencialidades da Mediação Escolar ou da Mediação Sociopedagógica na Construção de uma Escola para a (Con)vivência	121
<i>Ana Maria Vieira</i>	
4. Tensões Sociais e Conflitos na Escola: da Prevenção e da Resolução	124
<i>Ana Maria Vieira</i>	
5. Educação, Escola, Aprendizagem e Ensino	127
<i>Ricardo Vieira</i>	
6. Educação e Trabalho Social na Escola	130
<i>Ana Maria Vieira Ricardo Vieira</i>	
7. Ensino Superior, Mediação Sociocultural e Sociopedagógica	133
<i>Ana Maria Vieira</i>	
8. Pedagogias Diferenciadoras e Emancipadoras	136
<i>Ana Maria Vieira Ricardo Vieira</i>	

Capítulo 4
COMPLEXIDADE
E (TRANS)FORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS

1. Da (In)comunicação nos Sistemas de Ensino: breve apontamento	153
<i>Ricardo Vieira Ana Maria Vieira</i>	
2. Ensino Politécnico e Ensino Universitário: nomes, coisas e “faz de conta”	156
<i>Ricardo Vieira</i>	
3. Professor ou Contratado?	165
<i>Ana Maria Vieira</i>	
4. Ser Voluntário...	168
<i>Ricardo Vieira Ana Maria Vieira</i>	
5. Escola, Educação e Ensino: incursões reflexivas a propósito da adequação ao Processo de Bolonha	171
<i>Ricardo Vieira Ana Maria Vieira</i>	
6. Escola, Física e Sociedade	174
<i>Ricardo Vieira</i>	
7. Dar e Receber: conteúdo, forma e mudança na vida dos professores em Bolonha	177
<i>Ricardo Vieira</i>	

TÍTULO

Pedagogia Social, Mediação Intercultural e (Trans)formações

AUTOR

Ana Maria Vieira | Ricardo Vieira

EDIÇÃO

PROFEDIÇÕES, Lda./ Jornal a Página

COLEÇÃO

a Página

CONCEÇÃO GRÁFICA

Sersilito – Empresa Gráfica, Lda.

Tiragem

1000 exemplares

Depósito legal

408254/16

ISBN

978-972-8562-74-8

1.ª Edição: Abril 2016

PROFEDIÇÕES, Lda. / Jornal a Página da Educação

R. D. Manuel II, 51 C – 2.º andar – sala 2.5

4050-345 Porto

Tel. 226 002 790 • Fax 226 070 531

livros@profedicoes.pt

redacao@apagina.pt

<http://www.apagina.pt/>

<http://www.profedicoes.pt/livraria>

NOTA: Os textos publicados na coleção a Página são sujeitos a um processo de arbitragem científica assegurado por investigadores devidamente acreditados, pertencentes ao Conselho Editorial e/ou à bolsa de colaboradores permanentes da revista a Página da Educação.

6.

Da visão tradicionalista da Pedagogia Social à nova Educação Social

Ana Maria Vieira
ESECS-IPL e CICS.NOVA.IPLeiria

Ricardo Vieira
ESECS-IPL e CICS.NOVA.IPLeiria

A Pedagogia Social como teoria orientadora e a Educação Social como prática do desenvolvimento da sociabilidade dos sujeitos surgem, em Portugal, inseridas no campo educativo e, particularmente, no domínio das Ciências da Educação. Contudo, não respeitam nem à formação de professores nem ao uso de didáticas escolares.

Por outro lado, é hoje comum afirmar-se que toda a educação é social. Mas não faria sentido apelidar de social, se não houvesse necessidade de uma educação que se distingue pela fundamentação e pela sua *praxis* daquilo que designamos por educação escolar. Urge, pois, clarificar qual a parte do universo educativo que corresponde ao objeto próprio da Pedagogia Social como matriz orientadora da Educação Social (Caride, 2005, Baptista, 2008). Numa visão mais ou menos simples e resumida, diremos que a Pedagogia/Educação Social se dirige, essencialmente, a processos e fenómenos socioeducativos que, de acordo com Romans, Petrus e Trilla (2003: 28),

“compartilham, no mínimo dois dos três seguintes atributos: 1. Dirigem-se prioritariamente ao desenvolvimento da sociabilidade dos sujeitos; 2. Têm como destinatários privilegiados indivíduos ou grupos em situação de conflito social [que alargamos a tensões sociais que são prévias ao conflito que corresponde

ao "final da linha"]; e têm lugar em contextos ou por meios educativos não formais [aquilo que designamos, modernamente, por não escolares]".

Efetivamente, a Pedagogia Social e a Educação Social vão muito para além da lógica da escola [a forma escolar de Bourdieu], embora sejam hoje reconhecidas como úteis à escola como microcosmos da sociedade (Vieira, A., 2013), aproximando-se da Antropologia da Educação que se foca na aprendizagem e nos processos educativos para além da escola (Iturra, 1990; Vieira, 1998), como vimos no subcapítulo 2.

Dilthey dizia que a educação é uma função de toda a sociedade, o que obriga a pensarmos numa pedagogia menos centrada na escola e mais pensada nas relações sociais e noutras instituições e espaços educativos que, porém, podem e devem trabalhar em rede com a instituição escola, uma vez que o objetivo de uma sociedade e de toda a humanidade passa pela participação nas atividades sociais e na obrigatória reconfiguração identitária das identidades pessoais de forma a potenciar a convivência que é, grosso modo, aprender a viver entre diferentes.

Natorp (1913), um dos fundadores da Pedagogia Social, refere-se à Pedagogia Social não para a educação individual das pessoas mas, também, à educação do Homem para viver em comunidade, a referida convivência tão estudada por Jares (2007) na sua pedagogia da convivência.

A visão tradicionalista da Pedagogia Social orienta-a para a educação não escolar, a educação de adultos e 3ª idade, a inserção social de pessoas com necessidades educativas especiais, a inserção de pessoas deficientes e a ação socioeducativa. Nesta linha, há um predomínio da Educação Social enquanto campo especializado, essencialmente na inadaptação e na marginalização, aproximando-se das intervenções sociais de cariz essencialmente resolutivo.

A partir dos anos 80/90, do séc. XX, e com as novas conceções inter e multiculturais pensadas no contexto das várias globalizações, passou a aceitar-se que educar para a participação social implica, antes de mais, agir sobre as perspetivas cognitivas e afetivas das pessoas o que significa agir sobre as identidades pessoais e sociais (Vieira, 2009, 2011) e provocar mudanças/transformações nas famílias, nas relações com os colegas e pares, nas instituições escolares e extraescolares por forma a construir cidadanias múltiplas e sociedades inclusivas

que contendo diferenças socioculturais são, contudo, capazes de comunicar. Este posicionamento aposta mais na prevenção e no processo educativo global, ao construir competências sociais fundamentais para as relações pessoais e profissionais frente às diferenças pessoais e culturais, aproximando-se das perspetivas da Mediação Intercultural e da assunção das tensões sociais e dos conflitos sociais como formas básicas da vida em sociedade com as quais há que aprender a viver, gerindo e não tanto resolvendo. Aí está o espaço aberto para a Educação Social, alimentada pela Pedagogia Social e pelas novas mediações que extravasam a da resolução de conflitos e que se desenvolvem, prioritariamente, do outro lado da escola.

Portanto, reduzir a educação à educação escolar seria ver apenas uma parte da realidade.

Romans, Petrus e Trilla (2003: 60) referem mesmo que

"a escola não é a reserva natural da formalidade e do rigor pedagógicos. As outras educações, as mal chamadas educações informais ou não formais podem ser mais formais que a própria escola. Existe, de facto, apenas uma educação [...]. A educação é global, é social e acontece ao longo de toda a vida. Se o objetivo da educação é capacitar para viver em sociedade e comunicar, é preciso admitir que, em algumas ocasiões, a escola adota uma atitude de reserva frente a alguns comportamentos sociais dos alunos. É por isso que a Educação Social nasceu para completar objetivos não assumidos pela escola (ou quem sabe a escola nasceu para completar a Educação Social)".

Assim, a Educação Social tem que refletir, também, acerca da sua própria intervenção e questionar-se porque se faz de uma maneira e não de outra por forma a incidir nas causas dos problemas para poder prevenir as razões que geram tensões e conflitos e não atuar apenas no final da linha. E essa Educação Social tem de potenciar, com uma pedagogia de emancipação, a aquisição de competências para a vida, na própria escola da vida, como se diz em Antropologia da Educação (Vieira, 1998), investindo no sentimento de pertença a um ou a mais grupos; no seu próprio reconhecimento e valorização social por parte dos outros e do(s) seu(s) grupo(s); e, ainda, contribuindo para a criação de oportunidades de envolvimento, diálogo com os outros e possibilidade de ajuda à eman-

cipação dos pares e ao (des)envolvimento comunitário (Romans, Petrus e Trilla, 2003 e Pérez Serrano, 2010).

Urge articular a educação e o desenvolvimento comunitário (Caride, 2007). Urge construir pontes e ligar a educação à sociedade e vice-versa. *“Sem educação não há cidadão e a cidadania global não se constrói discriminando os grupos sociais subalternizados, violando os direitos políticos e civis, económicos e sociais, ambientais, todos eles interdependentes e a necessitarem de políticas que os legitimem”* (Peres, 2002: 4).

A educação, mesmo a educação escolar, se quiser ser, efetivamente, para todos, tem de, muito provavelmente, constituir-se num processo de mediação entre sujeitos, contextos e saberes (Forquin, 1992; Silva, 2007).

Como refere David Rodrigues (2006: 311), a propósito de “Dez ideias (mal) feitas sobre a educação inclusiva”,

“a escola regular, se quiser ser capaz de responder com competência e rigor à diversidade de todos os seus alunos, necessita recrutar pessoal mais especializado (terapeutas, psicólogos, trabalhadores sociais, etc.) e dispor de equipamentos e recursos materiais mais diferenciados. Enfim, necessita de ser uma organização diferenciada de aprendizagem [...]”.

A escola, pelo seu carácter obrigatório e universal nas sociedades ocidentais, acolhe, de forma prolongada, as crianças e jovens de determinadas classes etárias, independentemente do sexo, condição social, origem étnica ou religiosa. Assim, a escola, mais do que qualquer outra instituição social, integra todas as diversidades sociais e culturais presentes na sociedade. Nesse espaço social cruzam-se muitas das questões que hoje emergem nas sociedades de modernidade tardia, das desigualdades sociais às questões de género, da democracia às questões da cidadania e da participação ativa dos sujeitos, da integração à inclusão e à exclusão social, da indisciplina à violência, da coexistência das diversidades até à (re)construção das identidades pessoais e culturais (Jares, 2007; Vieira, 2009).

Neste sentido, Dannequin (1989: 89) refere que,

“Cada vez mais, professores ou directores de escolas passaram a reconhecer a necessidade de trabalhar com parceiros exteriores à escola. O isolamento dos professores, sozinhos numa turma ao longo do ano, é também uma das causas

do mal-estar da profissão docente e contribui frequentemente para atrapalhar os melhores projectos educacionais por desânimo; nenhuma ação é repetida por outros professores (daí a importância de formar uma equipa na mesma escola) e os recursos locais são ignorados ou subutilizados”.

Seja com a intervenção direta e exclusiva de professores ou de outros profissionais da educação e da mediação, a comunidade escolar constitui-se num potencial palco de Educação Social, num verdadeiro território educativo, no sentido de aprender a viver com o outro sem se tornar no outro mas sendo influenciado pelo outro e recebendo e dando do outro e ao outro. O pensamento é que precisa de treinar-se para ser mais plural, mais mestiço e menos monolítico e autocentrado (Laplantine e Nouss, 2002). Para o efeito, urge apostar em novas formas de Pedagogia Social para a construção de novas filosofias e práticas de Educação Social.

De acordo com Romans, Petrus e Trilla (2003), os perfis e as novas formas de Educação Social inspiram-se nas constituições europeias:

“1 – Os direitos da pessoas e promover as condições de liberdade e de igualdade de todos os indivíduos.

2 – Facilitar a participação de todos os cidadãos na vida política, económica, cultural e social a fim de tornar realidade a chamada «paz social».

3 – As privações de liberdade e de sua justificação por estarem orientadas para a reeducação e para reinserção social dos delinquentes.

4 – O direito dos cidadãos de participar na vida social e cultural, assim como do associativismo como uma das formas de participação cidadã.

5 – Não discriminar nenhuma pessoa por razão de nascimento, raça, sexo, religião, opinião ou qualquer outra condição ou circunstância pessoal ou social.

6 – O direito de todo o cidadão à educação, ao trabalho, à cultura, à educação física, ao desporto e ao tempo livre.

7 – Direito à informação e à educação dos consumidores e usuários.

8 – Fomentar a saúde, a cultura e o ócio das pessoas da terceira idade.” (Romans, Petrus e Trilla (2003:51).

Por outro lado, parece haver também consenso em ver a mudança como um valor na sociedade contemporânea. A constante mudança leva a novas aborda-

gens na Educação Social, seja a nível de contextos, designadamente, não reduzindo nem a educação à educação escolar nem a Educação Social à educação não escolar ou, pior ainda, como abusam alguns intelectuais autocentrados, à educação não-formal, seja com o aparecimento de novos domínios de intervenção, como, por exemplo, a proteção à família e à infância; o bem-estar da 3ª idade; a saúde; a cultura; o tempo livre; o desporto, os novos tipos de violência, a Pedagogia Social de rua; etc.

A propósito desta última, Maria Stela Graciani, pedagoga, mestre em Ciências Sociais pela PUC de S. Paulo, e doutora em Educação pela universidade de S. Paulo, que tem investigado questões ligadas quer à inovação pedagógica, quer à inovação popular, tem vindo a produzir vários artigos sobre a realidade das crianças e dos adolescentes de e na rua, além de ensaios sobre a violação de direitos da infância e da adolescência, escreve, no seu livro "Pedagogia Social de rua" (Graciani, 2001), quão é importante o educador social, para quem tantas vezes o mundo da rua é estranho, desenvolver competências de observação e de trabalho etnográfico para poder intervir contextualizadamente:

"a nossa presença na rua já é uma intervenção na realidade, já é o início de um diálogo que deverá se manter durante todo o processo. Abertura ao diálogo significa querer ouvir o que o outro tem a dizer, não só por palavras, mas por gestos, pelo jeito de ser, de fazer, de existir. Se rejeitarmos o autoritarismo, não iremos à rua para propor mas para dialogar. Por isso é muito importante ouvir, ler a realidade com os olhos da criança, observar o «mundão» a partir do nosso ponto de vista e também do ponto de vista de quem está à margem, na sarjeta. É nessa experiência de observar e compreender o mundo em que vive a criança na rua que o educador vai adquirindo certa segurança pra não propor coisas absurdas e totalmente fora de propósito." (Graciani, 2001: 220).

De acordo com esta autora, a *praxis* do educador social, essencialmente, em trabalho com crianças e adolescentes de rua [mas não só], assenta numa relação triangular de "ação-reflexão-ação".

A autora não só acredita na possibilidade de educar na rua, e até com criatividade, bem como, se trata de um processo de experiência fundamental bem diferente dos processos educativos que ocorrem nas instituições escolares, sendo

que, é desejável que em todos esses espaços educativos haja (trans)formação de todos os implicados.

"O trabalho do Educador Social de Rua assume uma dimensão política transformadora quando não cai nos dois extremos inconsequentes, que seria educar para a rua (para que a criança se mantenha na mesma situação) e educar para a sociedade (para «recuperar» o «menor» e inseri-lo, «bonzinho» e obediente na sociedade). O mais ousado é educar na rua, a partir da vivência na rua, garantindo o espaço de participação crítica da criança, para que ela participe na sociedade, lutando pelos anseios e interesses da sua classe social" (Graciani, 2001: 223).

Ainda relativamente à realidade brasileira, onde o conceito de pedagogia às vezes nos deixa na dúvida quanto ao conteúdo que encerra em cada contexto já que por vezes parece remeter para uma noção substantiva de formação de professores, o equivalente à atual licenciatura portuguesa de educação básica, e outras vezes para uma noção mais metodológica, e ainda a propósito do que se pode considerar "uma nova Pedagogia Social", é de salientar a obra "Pedagogia do Cuidado" (Antunes e Garroux, 2008) onde os autores optam por analisar casos verídicos de crianças numa casa de acolhimento – a casa do Zezinho – e nos estimulam a pensar ousadamente sobre uma metodologia diferente inspirada nos quotidianos de cada criança e em experiências de opressão que mal começam a ser compreendidas. A Pedagogia Social precisa, efetivamente, de apostar, também, no trabalho casuístico, biográfico, etnográfico, passando da observação à ação em contexto, à reflexão com os sujeitos e sobre os sujeitos para a construção conjunta de (trans)formações e novos projetos de vida pessoal, social e comunitária.

A terminar este tópico, diríamos que o desafio atual da Educação Social parece passar pela especificidade do uso de uma Pedagogia Social como investimento no desenvolvimento dos sujeitos e das comunidades, a partir dos seus ideários, ainda que, por vezes, escassamente esboçados, e pelas suas identificações com os projetos pessoais e sociais; como investimento na (trans)formação que é, simultaneamente, mudança sem perda, necessariamente, da totalidade da tradução e, formação, na medida em que as pessoas e as comunidades se tornam outras, mais construtoras, mais ávidas de utopias, mais sujeitas de si

próprias. (Trans)formação essa que, como o próprio título deste livro anuncia, remete para um trabalho processual de formação/educação, prevenção e reinvenção, ao invés do investimento na dimensão paliativa, curativa e resolutive das condutas sociais consideradas marginais, como é apanágio da maior parte do trabalho social tradicional.

Como referem Romans, Petrus e Trilla (2003:56),

“ [...] Incidir no repertório de condutas dos cidadãos, o qual supõe introduzir mudanças no seio da família, nas relações com os colegas da mesma idade e nas instituições escolares e sociais. Sem esquecer, entretanto, de transmitir as habilidades sociais necessárias nas relações profissionais, de gerar atitudes positivas frente à cultura subculturas, etc. Ao não proceder assim, a Educação Social se manterá dentro de um modelo ou paradigma tradicional e distanciando das autênticas necessidades dos cidadãos.”

Da mesma forma que distinguimos a Mediação Intercultural da mediação em geral, centrando-nos essencialmente na ênfase preventiva, versus abordagem paliativa, curativa e dita resolutive, essencialmente, nos tópicos número 4 e número 5, também, agora aqui, aplicamos a mesma distinção para “a nova Pedagogia Social” versus “Pedagogia Social tradicional”, esta assente numa pedagogia da urgência e da resolução ao invés da nova que aposta na transformação e no desenvolvimento. Similarmente à discussão sobre a mediação versus Mediação Intercultural, “a nova Pedagogia Social” procura centrar-se mais nas causas dos problemas e na sua prevenção do que propriamente nos clássicos problemas sociais.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, Celso, GARROUX, Dagmar, (2008). *Pedagogia do cuidado*, Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- BAPTISTA, I. (2008). “De que falamos quando falamos em Pedagogia Social” *A Página da Educação*, 175, ano 17, Fevereiro, p. 15.
- CARIDE, J. A. (2007). “Mediar y/o Educar”, *A Página da Educação*, 172, ano 16, Novembro, p. 17.

- DANNEQUIN, C. (1989). “Apprendre à l'école et autour de l'école”, in CHAVEAU, Gérard e DURO-COURDESSES, Lucile (Orgs.). *École et quartiers*. Paris: Editions L'Harmattan, p. 85-104.
- FORQUIN, J.-C. (1992). *École et Culture*, Bruxelles: De Boeck Université.
- GRACIANI, M. S. (2001). *Pedagogia Social de Rua*, São Paulo: Cortez.
- ITURRA, R. (1990). *Fugirás à Escola para Trabalhar a Terra*, Lisboa: ESCHER.
- JARES, X. R. (2007). *Pedagogia da Convivência*. Porto: Profedições.
- LAPLANTINE, F. e NOUSS, A. (2002). *A Mestiçagem*, Lisboa: Instituto Piaget.
- NATORPE, P. (1913). *Pedagogia Social: teoria de la educación de la voluntad sobre la base de la comunidad*, Madrid: La Lectura.
- PÉREZ SERRANO, G. (2010). *Pedagogía Social-Educación Social*, Madrid: Narcea.
- RODRIGUES, D. (Org.) (2006). *Inclusão e Educação, Doze olhares sobre a educação inclusiva*, São Paulo: Summus Editorial.
- ROMANS, M.; PETRUS, A. e TRILLA, J. (2003). *Profissão Educador Social*, S. Paulo: Artmed.
- SILVA, I. M. (2007). “O professor como mediador”, *Cadernos de Pedagogia Social*, ano 1, Porto: Universidade Católica Portuguesa, p. 117-124.
- VIEIRA, A. (2013). *Educação Social e Mediação Sociocultural*, Porto: Profedições.
- VIEIRA, R. (1998). *Entre a Escola e o Lar: o currículo e os saberes da Infância*, Lisboa: Fim de Século.
- VIEIRA, R. (2009). *Identidades Pessoais. Interações, Campos de Possibilidade e Metamorfoses Culturais*, Lisboa: Colibri.
- VIEIRA, R. (2011). *Educação e Diversidade Cultural: Notas de Antropologia da Educação*, Porto: Edições Afrontamento.